

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Apontamentos sobre a categoria marxiana da alienação nos <i>Manuscritos econômico-filosóficos</i>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Swelen Yasmin Delgado de Aguilar	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política	UFVJM GECEP	Estudante
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este artigo discutirá a importância e os limites dos <i>Manuscritos econômico-filosóficos de 1844</i> para a compreensão da categoria alienação. Os <i>Manuscritos</i> marcam importante momento no desenvolvimento do pensamento marxiano. Nesta obra encontra-se a primeira versão da crítica da economia política, além de extratos da crítica à <i>Fenomenologia do espírito</i> de Hegel. É a primeira vez que a economia política é relacionada à filosofia hegeliana, possibilitando a Marx, a partir da crítica filosófica, desvendar as leis do capitalismo e transcender a economia política, elencando elementos necessários à sua superação. Ao mesmo tempo, pela crítica da economia política Marx apontará as contradições da sociedade burguesa, desvelando o caráter de trabalho forçado da atividade laboral, a qual não se direciona a satisfação das necessidades físicas e espirituais do trabalhador, mas surge como meio de satisfazer necessidades externas a ele. Portanto, Marx dá um grande passo no desenrolar da teoria da alienação, demonstrando a autoalienação do trabalho. Porém, não fora ainda possível a Marx determinar a especificidade da alienação no modo de produção capitalista. O avanço neste entendimento e nos desdobramentos da categoria alienação enquanto reificação inicia-se na <i>Miséria da filosofia</i> (1847), ganha contornos mais definidos no riquíssimo <i>Grundrisse</i> (1857-1858), e atinge sua maturidade, em 1867, com a publicação do Livro I d' <i>O capital</i>. Conclui-se que, embora não constitua um texto de maturidade, os <i>Manuscritos</i> cumprem importante papel no desenvolvimento do pensamento de Marx ao inaugurar uma nova trajetória, a crítica da economia política, e ao delinear questões que percorrerão toda sua obra.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Alienação; Reificação; Economia Política			
ABSTRACT			
<p>This article will discuss the importance and limits of the “Economic and Philosophical Manuscripts of 1844” to understand the alienation category. The “Manuscripts” mark important moment in the development of Marxian thought, because it was the first version of the critique of political economy, as well as of criticism of Hegel's “Phenomenology of Spirit”. It is the first time that political economy is related to the Hegelian philosophy, allowing Marx, from the philosophical critique, unravel the laws of capitalism and transcend political economy, listing elements necessary for overcoming it. At the same time, by critique of political economy Marx will point the contradictions of bourgeois society, revealing the character of forced labor activity, which does not address the satisfaction of physical and spiritual needs of the worker, but arises as a means to satisfy needs external to it. Therefore, Marx takes a big step in the progress of the theory of alienation, demonstrating self-alienation of labor. However, it was not still possible to Marx determine the specificity of alienation in capitalist mode of production. The advancement in this knowledge and in the unfolding of the category alienation while reification begins in “The Misery of Philosophy” (1847), get more defined contours Grundrisse (1857-1858), and reaches its maturity in 1867 with the publication of the first book of “The Capital”. We conclude that, although doesn't consist a text of maturity, “The Manuscripts” play an important role in the development of Marx's thought to inaugurate a new trajectory, the critique of political economy, and to delineate issues that will travel throughout his work.</p>			
KEYWORDS			
Alienation; Reification; Political Economy			
EIXO TEMÁTICO			
Construção da teoria social de Marx			

APONTAMENTOS SOBRE A CATEGORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO NOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS

1. Introdução

Sabe-se que o estudo de Karl Marx dos economistas políticos clássicos foi amplamente influenciado pelo *Esboço de uma crítica da economia política* de Friedrich Engels¹. Redigido entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844 e publicado na primeira e única edição dos Anais Franco-alemães, este texto do jovem Engels, atendo-se aos problemas concretos da produção, analisa criticamente a economia política clássica confrontando-a com a realidade econômica e social então vivenciada na Inglaterra.

No entanto, como nos afirma Ernest Mandel², Marx e Engels não percorreram o mesmo caminho para chegar a concepções comuns. Enquanto Engels, filho de um grande capitalista do ramo da fiação, pôde observar de perto a miséria do operário³ e, a partir disso, começou a refletir sobre as contradições da sociedade burguesa, dedicando-se ao estudo da filosofia hegeliana, do materialismo de Ludwig Feuerbach e dos economistas políticos para compreender as questões concretas do seu cotidiano. Marx parte do estudo da filosofia hegeliana e aproxima-se das questões concretas vivenciadas na Alemanha em 1842, ao deparar-se como redator chefe da Gazeta Renana⁴.

Após ter contato com o *Esboço* de Engels, Marx percebe que apenas uma crítica dirigida a Georg W. F. Hegel não seria suficiente para elaborar uma teoria crítica da sociedade burguesa⁵ e

¹ Ainda em 1859, no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, Marx o definiu como um “genial esboço” (MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.49).

² MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**: de 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

³ Fruto dessa observação resultou a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

⁴ Como descrito no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, em 1842-1843 ao deparar-se como redator chefe da Gazeta Renana, Marx viu-se obrigado a opinar sobre os “chamados interesses materiais”, deparando-se com a luta contra o regime de Frederico Guilherme IV, o enfrentamento contra os jovens hegelianos de esquerda, a batalha ininterrupta contra a censura prussiana, o debate acerca da lei sobre o furto da madeira, a defesa dos vinhateiros de Mosela, etc. (MARX, 2008, p.47).

⁵ Marx já tivera contato com a economia política nos fins de 1843, no entanto, este primeiro contato lhe proporcionou apenas uma compreensão genérica e uma exposição principalmente política nos escritos *Sobre a questão judaica* e na *Introdução a crítica da filosofia hegeliana do direito*. A seguinte citação de Mészáros nos ajuda a melhor compreender: “[...] A essa altura [Mészáros refere-se aos textos marxianos de 1843], suas referências à economia política são ainda bastante vagas e genéricas. Embora ele veja intuitivamente que ‘a relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, com o mundo político é um grande problema em tempos modernos’, sua análise das contradições específicas do capitalismo ainda é pouco realista: ‘Enquanto na França e na Inglaterra’, escreve ele, ‘o problema é colocado sob a forma política ou do domínio da sociedade sobre a riqueza, na Alemanha ele se coloca como economista nacional ou domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade. Assim, na Inglaterra e na França trata-se de abolir o monopólio, que se desenvolveu até suas consequências finais, ao passo que na Alemanha se trata de levar o monopólio até suas últimas consequências. Não é de surpreender, portanto, que o elemento do ‘dever’ – à falta de uma demonstração concreta das tendências e contradições econômicas fundamentais, que indicam objetivamente a superação necessária da

inicia um estudo sistemático dos principais autores clássicos da economia política – em especial Adam Smith e David Ricardo –, que resultará nos escritos que ficaram conhecidos como *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*.⁶

Redigido aproximadamente entre fins de maio e início de agosto de 1844⁷, os *Manuscritos econômico-filosóficos* são compostos de três cadernos, ou três manuscritos, que não chegaram até nós completos. São cadernos de estudo de Marx, nos quais ele redigia extratos das obras que lia, seguido-os de comentários críticos e das conclusões a que chegava. Este escrito, ao nosso juízo e com base em György Lukács e István Mészáros, marca um importante momento no desenvolvimento do pensamento de Marx, nele encontra-se a primeira versão da sua crítica da economia política, além de extratos da crítica a *Fenomenologia do espírito* de Hegel.

É importante demarcar que os *Manuscritos* são muito mais que comentários críticos dirigidos a Hegel e a economia política clássica, mas como aponta Lukács, eles “[...] fornecem as bases para uma grande quantidade de formulações posteriores de Marx. E não apenas em questão de detalhes, mas no que diz respeito a toda a metodologia que se tornará típica de Marx [...]”⁸. Ou como diria Mészáros, “[...] a crítica dessas teorias é um veículo para o desenvolvimento das próprias ideias de Marx [...]”⁹. Nesse escrito, crítica filosófica e a crítica da economia política se “iluminam reciprocamente”¹⁰.

O estudo dos economistas políticos amparado pela filosofia hegeliana proporcionou a Marx uma análise detalhada das contradições da sociedade burguesa. Segundo Lukács:

[...] a essência e a importância de Hegel, sua posição histórica, só se tornam inteiramente evidentes mediante o paralelo com a economia política clássica. E, vice-versa, somente à luz da dialética invertida do modo materialista é que as leis descobertas pelos economistas políticos, no estágio mais avançado a que pôde chegar a ciência burguesa, recebem um sentido objetivo. Somente assim é que tais leis apontam para além do caráter limitado e contraditório do capitalismo e para além dos limites de uma teoria que concebe esta formação social como algo eterno,

alienação – tenha um papel tão importante no pensamento de Marx, nessa fase de sua evolução. Em 1843, Marx ainda é forçado a concluir que a crítica da religião termina ‘com o imperativo categórico de derrubar todas as condições nas quais o homem é um ser aviltado, escravizado, abandonado, desprezível’, e seu primeiro juízo sobre o papel do proletariado está plenamente de acordo com essa visão. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, porém, ele dá um importante passo à frente, superando radicalmente a ‘parcialidade política’ de sua própria orientação e as limitações de uma estrutura conceitual típica do seu desenvolvimento na fase do ‘democratismo revolucionário.’” (MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.71).

⁶ Além dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, neste período de estudo intensivo da economia política clássica também foi redigido os *Cadernos de Paris*.

⁷ Sabemos não ser mais tarde porque Marx se encontra com Friedrich Engels nos fins de agosto de 1844 para discutir o projeto da sua primeira obra em comum, *A sagrada família*. Essa é a obra que marca o início da colaboração entre Marx e Engels, colaboração que perdurará até o fim da vida de Marx.

⁸ LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos filosóficos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 181.

⁹ MÉSZÁROS, 1981, p. 90.

¹⁰ LUKÁCS, 2009, p.181.

necessário e dado de modo natural. Por isso, as duas críticas são intimamente ligadas e é assim que aparecem no pensamento de Marx.¹¹

A crítica de Marx neste momento a Hegel centra-se, sobretudo, na concepção hegeliana de trabalho. Como apontado por Marx, Hegel coloca-se do ponto de vista dos economistas políticos, apreende o trabalho como essência humana, o ato pelo qual o homem produz a si mesmo, reconhecendo o homem como resultado do seu próprio trabalho, no entanto, ele conhece apenas o trabalho positivo, abstratamente espiritual. Marx, ao partir dos economistas políticos, amparado pela filosofia hegeliana, descobriu que o trabalho possui um duplo caráter: por um lado, é a atividade vital, pelo qual o homem não cria apenas mercadorias, mas também produz a si mesmo, ou seja, é trabalho positivo; por outro lado, sob a sociedade burguesa – regida pelas leis da propriedade privada e pela divisão do trabalho – o trabalho aparece como desapossamento, trabalho negativo, trabalho alienado. Nas palavras de Marx:

[...] Hegel fica no ponto de vista da moderna economia política. Apreende o trabalho como a essência do homem, como a essência que se assevera a si própria; ele vê apenas o lado positivo do trabalho, não o negativo. O trabalho é o devir para si do homem no interior do desapossamento ou como homem desapossado. O trabalho, que Hegel unicamente conhece e reconhece é o trabalho abstratamente espiritual [...].¹²

Ao partir da crítica da economia política Marx foi além da filosofia hegeliana e lhe atribuiu uma nova dimensão. Retomou a ideia de Hegel do trabalho como processo de autoprodução do homem, atividade pelo qual o homem se objetiva e com base nos seus estudos de economia política incorporou os aspectos negativos do trabalho engendrado sobre bases capitalistas. Desta forma, Marx deu um novo sentido à categoria hegeliana da alienação. A alienação desta forma para Marx, não mais aparece como fruto da autoconsciência humana, e sim, como algo concreto, objetivo na vida cotidiana e nas atividades praticas da humanidade num “mundo desumanizado”.

Será nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que pela primeira vez, de forma sistemática podemos delinear em Marx uma efetiva “teoria da alienação”, e esta aparecerá como um processo social enraizado na esfera da produção. Através da crítica da economia política, Marx apontará as contradições da sociedade burguesa e mostrará que no capitalismo o trabalho é trabalho forçado, não é o meio de satisfação das necessidades físicas e espirituais do homem, mas apenas um meio de satisfazer necessidades alheias a ele. A raiz disso está no fato de que antes mesmo que o trabalhador entre no processo de produção o produto do seu trabalho já não lhe pertence, isto é, torna-se

¹¹ Idem, ibidem, p. 180-181.

¹² MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993, p.113.

mercadoria e é apartado (alienado) do seu produtor direto, assim esta relação aparece pela mediação da “venda do seu trabalho” via o chamado trabalho assalariado.

Os *Manuscritos econômico-filosóficos* compreendem uma fase decisiva no desenvolvimento do pensamento de Marx ao inaugurarem uma nova trajetória: a crítica da economia política. No entanto, apesar dos seus numerosos avanços, os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* representam o primeiro contato sistemático de Marx com os economistas políticos clássicos, e portanto, não constituem uma obra de maturidade. Como nos aponta Mészáros¹³, Marx não é o jovem filósofo ao criticar Hegel, e da mesma forma, não é o economista político amadurecido ao tecer críticas à economia política. Segundo Mandel:

É fragmentariamente que Marx [nos *Manuscritos de 1844*] apreende os problemas de uma crítica global da Economia Política. Essa crítica encaixa ainda num escolho fundamental: Marx não resolveu ainda o problema do valor e da mais-valia. Ele não apreendeu ainda o que havia de racional na teoria clássica, sobretudo na de Ricardo. Suas análises econômicas e ressentem disso inevitavelmente. Mas, ao mesmo tempo, permanece sempre enfeitiçado pelo impulso que toma o espírito crítico, pela audácia da visão histórica, pela implacável lógica que vai ao fundo das coisas. E ganha-se rapidamente a convicção de que, desde o momento em que ele redigiu seus Manuscritos, Marx já havia constituído um dos fundamentos de sua teoria sócio-econômica.¹⁴

Nesse sentido, interessa-nos aqui trazer elementos que nos permitam compreender a teoria da alienação tal como foi abordada por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*.

2. Crítica da economia política

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* está contido o primeiro embate crítico de Marx com a economia política clássica. Estimulado pelo trabalho do jovem Engels publicado nos *Anais Franco-alemães* em fevereiro de 1844, Marx dedicou-se a um estudo voltado para os clássicos da economia política, deparando-se com as obras de Adam Smith, David Ricardo, James Mill, Jean-Baptiste Say, entre outros. O resultado deste estudo intensivo de vários meses ficou conhecido como *Manuscritos de 1844*, no qual Marx atribui à crítica anteriormente dirigida à economia política por Engels uma dimensão filosófica, ampliando-a e aprofundando-a.

O ponto de partida de Marx é a análise crítica de três categorias fundamentais da economia, a saber: salário, capital e renda fundiária, a qual seguida pela crítica filosófica assume a forma de crítica da sociedade burguesa. É a primeira vez que na obra marxiana encontramos de forma articulada a economia política com a filosofia. Apenas a crítica filosófica constitui “ferramenta”

¹³ MÉSZÁROS, 1981, p.209.

¹⁴ MANDEL, 1968, p.36-37.

insuficiente para Marx desvendar as leis do capitalismo e como dissemos, apenas com a crítica da economia política – denominada por Engels em seu *Esboço* como uma “ciência do enriquecimento”¹⁵ – que o filósofo Alemão poderá desferir uma crítica visceral ao ordenamento burguês.

Ao partir dos pressupostos da economia política, aceitando sua linguagem e suas leis, Marx chega a conclusões que nem mesmo os economistas políticos poderiam negar:

[...] que o operário decai a uma mercadoria e na mais miserável mercadoria, que a miséria do operário está na relação inversa do poder e da magnitude da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto, o mais terrível restabelecimento do monopólio, que, finalmente, a diferença de capitalista e arrendador fundiário [*Grundrentner*], tal como a de agricultor e operário manufatureiro desaparece, e toda a sociedade tem de dividir-se nas duas classes dos proprietários e dos operários desprovidos de propriedade.¹⁶

Segundo Marx, a economia política parte da propriedade privada, porém não a esclarece, não busca sua gênese e seu desenvolvimento histórico, mas supõe na forma de fato o que deveria desenvolver e é por este motivo que ela não é capaz de questionar os antagonismos da sociedade burguesa.

O fundamento da economia política, a propriedade privada, é aceite tal como é, sem que esta ciência se interrogue sobre ela, as suas origens, a sua necessidade. Mais ainda a economia política encara a propriedade privada como uma verdade eterna. Exclui assim a perspectiva histórica.¹⁷

Em contraposição à economia política Marx dirá: “Nós partimos de um facto nacionaleconómico, de um facto presente”¹⁸, o fato de que “[...] o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o operário como uma mercadoria, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral”¹⁹. “A realização do trabalho aparece a tal ponto como desrealização que o operário é desrealizado até a morte pela fome [...]”²⁰ e a economia política não é capaz de explicar esta contradição pois não questiona a propriedade privada, mas atribui-lhe uma existência eterna.

No modo de produção capitalista – modo de produção regido, dentre outros aspectos, pelas leis da propriedade privada – os trabalhadores são obrigados a ofertar a sua força de trabalho no mercado como a única forma de garantir a sua sobrevivência. Em troca das horas que despende em

¹⁵ ENGELS, Friedrich. *Esboço de uma crítica da economia política*. **Revista de ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

¹⁶ MARX, 1993, p.60.

¹⁷ BOTTIGELLI, Émile. **A gênese do socialismo científico**. Lisboa: Editoria Estampa, 1971, p.135.

¹⁸ MARX, 1993, p.62.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Idem, *ibidem*.

função do capitalista na produção de mercadorias recebe o salário, o necessário para garantir a sua subsistência durante o trabalho e para sua reprodução. Os trabalhadores são reduzidos à condição de mercadoria²¹, e como tal a sua própria sobrevivência depende das leis que regem as relações mercantis.

Marx descreverá a situação dos trabalhadores no curso de três fases sucessivas: riqueza em declínio, riqueza em progresso e riqueza estacionária. Na fase em que a riqueza encontra-se em declínio, os trabalhadores caem na situação de miséria, os salários diminuem e o desemprego aumenta. Na fase em que a riqueza é estacionária, na qual a sociedade atinge o seu último estágio de desenvolvimento, os salários são reduzidos ao máximo possível como forma dos capitalistas aumentarem seus rendimentos e os trabalhadores caem em uma miséria estacionária. A fase em que a riqueza está em progresso é aparentemente a única na qual os operários encontram-se em vantagem. A procura por trabalhadores excede a oferta, a concorrência entre os capitalistas aumenta e os salários tendem a aumentar. No entanto, cabe lembrar: capital é “trabalho amontoad”, e para que a sociedade chegue a um estágio de crescimento progressivo é necessário que ela tenha acumulado – e continue a acumular – trabalho, o que significa que o trabalhador cada vez mais se defrontará com o produto do seu trabalho como propriedade alheia e mais, com o aumento do capital aumenta sucessivamente a divisão do trabalho, e a divisão do trabalho por sua vez aumenta o número de operários o que novamente leva a um aumento do capital. O aumento da divisão do trabalho torna o trabalhador cada vez mais dependente do trabalho, e de um trabalho especializado, unilateral, degradando-o ao nível de máquina²². O acirramento da concorrência entre os capitalistas leva ao monopólio e conseqüentemente a ruína dos mais fracos.

Para o proletariado de nada adiantou portanto o enriquecimento social, visto conhecer somente a fase do cansaço, da morte prematura, do embrutecimento espiritual, da concorrência selvagem de um contra todos ou de cada um contra a máquina, sempre preste a substituir, com todas as vantagens para o inimigo, seu labor fatigado. Nem mesmo o mais alto nível da riqueza social melhora-lhe as condições. Supomos que êsse estágio tão almejado pelos economistas venha a realizar-se. O salário e a taxa de lucro serão tão baixos que, de uma parte, a concorrência entre os operários chega ao paroxismo, reduzindo-se assim os salários ao mínimo imprescindível, de outro, já que o capitalista perde o incentivo para investir, estaciona-se completamente o ritmo da produção. Em suma, miséria

²¹ Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* o trabalhador aparece diretamente relacionado com a mercadoria. No entanto, em *O capital* esta relação muda, não mais ao trabalhador é atribuído a condição de mercadoria, mas sim a sua força de trabalho.

²² Essa conclusão a que Marx chega ainda nos *Manuscritos econômico e filosóficos* sofre grande influência de Adam Smith, no entanto em *O capital*, Livro Primeiro, será tratada de forma mais acabada na trilogia dos capítulos XI, XII, XIII.

progressiva no caso de empobrecimento social, miséria completa, no de enriquecimento, miséria estacionária no estado de mais alta perfeição [...].²³

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* Marx afirma que segundo a economia política todo produto do trabalho pertence ao operário, capital nada mais é do que trabalho social acumulado e, a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalhador. Paradoxalmente, segundo a mesma economia política, para garantir a sua subsistência o operário deve ofertar a si mesmo e a sua humanidade como mercadoria, cabendo-lhe a parte mínima do produto do seu trabalho, apenas o suficiente para a sua subsistência e para que a “raça” dos operários não se extinga. Também, ao invés da riqueza prestar serviço a toda a humanidade é propriedade do capitalista e do arrendador fundiário possibilitando-lhe o controle sobre todo trabalho e ainda, longe de elevar as potencialidades do trabalhador a divisão do trabalho o empobrece, o rebaixa a condição de máquina e o torna cada vez mais dependente do capitalista. Isso ocorre porque a economia política trata o homem de forma unilateral, não o considera em seu tempo livre, mas apenas enquanto exerce funções de produção. Os trabalhadores são apenas instrumentos de produção e como tal o produto do seu trabalho não lhe pertence, mas a outro homem que lhe é estranho e este “[...] ser estranho, a quem o trabalho e o produto do trabalho pertence, ao serviço do qual está o trabalho é, [e] só pode ser o próprio homem”²⁴. Sob a sociedade burguesa, desprovido de suas ferramentas de produção o trabalhador é obrigado a ofertar sua força de trabalho no mercado; o capitalista, proprietário dos meios de produção e do capital, arrenda o trabalho, o coloca em movimento, o faz produzir mercadorias dotadas de valor, em troca lhe dá o salário, o mínimo possível para que se produza e reproduza enquanto trabalhador.

Ciência da actividade especificamente humana, da produção, a economia política não reserva qualquer lugar ao homem, que não é considerado como a própria origem da produção mas como o seu instrumento. Ela é a ciência do enriquecimento e o capitalismo produz o proletariado que é a negação do homem e é encarnação da miséria. A posição de Marx é, neste passo, muito semelhante à de Engels, mas, curiosamente, ultrapassa-a já. Com efeito, Marx não se contenta com denunciar o carácter inumano da economia política, mas pede-lhe que justifique os seus próprio fundamentos. Ora é isso que ela não faz.²⁵

Sob a sociedade burguesa, que tem como seu fundamento a propriedade privada dos meios de produção e da riqueza social, os operários – assim como descrito por Marx – tornam-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produzem, e isso decorre do fato de não produzirem para a satisfação das suas necessidades, mas para a valorização da riqueza privada, e a economia política

²³ GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 106-107.

²⁴ MARX, 1993, p.70.

²⁵ BOTTIGELLI, 1971, p.135.

que reconheceu o trabalho como o fundamento do valor, contraditoriamente nada dá ao trabalho e tudo ao proprietário privado, não é capaz de questionar esse antagonismo e trata a propriedade privada como um fato dado e acabado. Em suma, foi Marx quem percebeu que a propriedade privada e o trabalho alienado constituem aspectos de um mesmo processo.

Marx partiu da economia política, aceitou sua linguagem e suas leis e através da crítica da economia política chegou à crítica da propriedade privada, e descobriu que:

A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como actividade sendo para si, como sujeito, como pessoa, **é o trabalho**. Compreende-se, portanto, que só a economia nacional, que reconheceu o trabalho como seu princípio – Adam Smith – não estivesse ciente da propriedade privada apenas como uma situação fora do homem [...].²⁶

A propriedade privada é produto do trabalho desapossado (estranhado) e o meio através do qual o trabalho se desapossa, ou seja, propriedade privada e trabalho alienado constituem aspectos de um mesmo processo. Não seria possível à Marx chegar ao trabalho alienado sem antes chegar à propriedade privada e desvendar as suas contradições. No entanto, embora a propriedade privada apareça como o fundamento e a causa do trabalho alienado é antes a sua consequência. Mais tarde esse movimento se converte em um processo mutuo em que, a origem do trabalho alienado provoca o aparecimento da propriedade privada e, esta por sua vez, ao desenvolver-se amplia e aprofunda as consequências e manifestações do trabalho desapossado.

A propriedade privada é a expressão da separação do trabalho e do produto do trabalho, ela mistifica a relação capital/trabalho e através da economia política – que lhe reconhece como uma característica da essência humana – vela a alienação²⁷. A economia política não está ciente da propriedade privada enquanto fruto de um processo contraditório e o seu ponto de vista está em contradição com uma abordagem histórica que poderia levar à noção da necessidade de superação da alienação. É, sobretudo, por este motivo que Marx tem o cuidado de distinguir o seu ponto de vista dos economistas políticos, pois a sua crítica à economia política está inteiramente relacionada com a questão da transcendência da alienação²⁸.

A crítica da economia política fundamentada na crítica da filosofia hegeliana dá origem à ciência das condições necessária à revolução comunista, ou seja, “[...] a política e a economia, fundamentadas em uma interpretação filosófica bem determinada da essência humana e de sua concretização histórica, se transformam na base político-econômica da teoria da revolução [...]”²⁹.

²⁶ MARX, 1993, p.85 (negritos nossos).

²⁷ Para a chamada economia política a propriedade privada é um direito natural do ser humano.

²⁸ MÉSZÁROS, 1981, p.111.

²⁹ MARCUSE, Herbert. **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.11.

Assim como escreve Marx, a superação positiva da propriedade privada é a reapropriação da essência humana para e pelo homem, da sua relação com o trabalho e com o produto do seu trabalho, o homem voltado para si, livre de qualquer coação física e espiritual e livre para desenvolver todos os sentidos e qualidades humanas tal como ver, ouvir, cheirar, pensar, fruir, amar.

3. *Trabalho alienado*

O trabalho é a atividade vital e consciente através do qual o homem entra em contato com a natureza adequando-a as suas necessidades físicas imediatas. Ao fazer isso, o homem não apenas cria novas necessidades – físicas e espirituais -, mas se objetiva, modifica o mundo do qual faz parte e modifica a si mesmo. Ou seja, o homem é um ser objetivo e só pode realizar-se se objetivando, através do trabalho ele transforma a natureza em objetos úteis, cria o mundo do qual faz parte, contempla-se no mundo por ele criado e produz a si mesmo como ser humano.³⁰

No entanto, sob a sociedade burguesa – regida entre outros aspectos, pela propriedade privada – impera a desumanização do homem. O trabalhador não reconhece os produtos do seu trabalho, não se reconhece na sua própria atividade produtiva, e mais, o produto do trabalho e o próprio trabalhador passam a pertencer a outro homem³¹. O trabalho, fonte de humanização, transforma-se em uma atividade hostil, que ao invés de libertar o homem o acorrenta. A propriedade privada é o elemento chave dessa desumanização, assim, a plena realização do homem passa necessariamente pela extinção da propriedade privada. Isto se deve ao fato de que:

A partir desta “alienação” do trabalhador e do trabalho, a realização de todas as “forças essenciais” do homem se transforma em total “desrealização”; o mundo objetivo não mais é “verdadeira propriedade humana”, apreendida em “atividade livre”, e campo de ação e afirmação livres de toda a natureza humana, e sim um mundo de coisas apropriadas, úteis e intercambiáveis em propriedade privada, a cujas leis aparentemente inalteráveis o próprio homem está submetido; em poucas palavras: um “domínio universal da matéria morta sobre os homens”.³²

Como se sabe, o processo de alienação se expressa substantivamente na sociedade que tem como fundamento a exploração do trabalho e na qual a riqueza se apresenta como uma imensa coleção de mercadorias via o enfiamento do objeto com o seu produtor, ou melhor, como algo mágico, místico, isto é, um poder estranho, independente dele e que o domina. O trabalho – a

³⁰ O ser natural do homem é um ser objetivo. Diferentemente de Hegel que considerava objetivação como alienação, Marx não o faz.

³¹ Nos *Manuscritos* Marx ainda não diferenciou trabalho abstrato de trabalho concreto e por isso ele confunde trabalhador e força de trabalho.

³² Idem, *ibidem*, 12-13.

atividade vital, meio de autorrealização do homem através do qual ele desenvolve todas as suas potencialidades – ao ser submetido às leis de produção capitalista se torna sua desrealização. Marx explica esse processo da seguinte forma:

Este facto exprime senão: o objecto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um ser estranho [*ein fremdes Wesen*], como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Esta realização do trabalho aparece na situação nacionaleconómica como desrealização do operário, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação [*Entfremdung*], como desapossamento [*Entäusserung*].³³

Por isso, para Marx, o trabalhador não se reconhece nos frutos de sua atividade produtiva e neste sentido, como nos ensinou Marcuse: “[...] os utensílios que deveriam servir à vida passam a dominar seu conteúdo e sua meta, e a consciência do homem fica inteiramente à mercê das relações materiais de produção”³⁴. O trabalhador torna-se uma engrenagem do processo de valorização do capital³⁵, e além de expropriado do produto do seu trabalho também o é de sua própria vida: esta passa a ser uma luta diária pela produção de mercadorias. Este processo é de tal crueldade que, desprovido dos meios de produção, – parafraseado Marx de *O Capital* –: os trabalhadores aparecem livres como pássaros para venderem a única mercadoria que possuem. Nesta direção, Marx em 1844 sinaliza que: “apenas como trabalhador assalariado o homem pode garantir sua existência física”.³⁶

No entanto, queremos deixar claro que a alienação não se manifesta apenas no produto do trabalho, mas também na atividade produtiva. O produto do trabalho é apenas o resultado do ato de produção, a sua objetivação. Desta forma, o trabalhador não se reconhece no seu próprio trabalho. O trabalho lhe aparece como algo penoso, ao ponto em que “[...] o operário só se sente em si fora do trabalho e fora de si no trabalho [...]”³⁷.

A alienação no ato de produção consiste no trabalho ser estranho ao operário. O operário, no ato de produção de mercadorias não se afirma, mas se nega. O trabalho torna-se penoso, trabalho forçado, e não satisfaz as necessidades físicas e espirituais do trabalhador, não é a objetivação da essência humana, mas simples meio de vida. Nos termos de Marx:

³³ MARX, 1993, p.62.

³⁴ MARCUSE, 1978, p.252.

³⁵ Não é intenção deste artigo tratar Marx de forma anacrônica, atribuindo ao Marx de 1844 desdobramentos posteriores. Nesse sentido, o termo “valorização do capital”, o qual será tratado em sua profundidade em *O capital*, foi incluído apenas por ser a expressão mais adequada para expressar a atividade à qual se dedica o trabalhador, o “enriquecimento alheio”.

³⁶ Foge as intenções desse artigo uma sistematização sobre o fetichismo, no entanto, este será tratado de forma sistemática nos nossos estudos posteriores.

³⁷ MARX, 1993, p. 65.

A sua estranheza evidencia-se nitidamente em que logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se desapossa, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o operário aparece no facto de que ele não é [trabalho] seu mas de outro, em que ele não lhe pertence, em que nele não pertence a si próprio mas a um outro [...].³⁸

Ao nosso juízo, a partir das reflexões sobre alienação contidas na obra marxiana de 1844, podemos afirmar que: ao vender sua força de trabalho o trabalhador pensa apenas em uma coisa: no montante de dinheiro – sob a forma de salário – que receberá ao término do processo de produção de mercadorias. Eis a essência do trabalho [alienado] no modo de produção capitalista transformado em mero meio de vida. Isso ocorre, pois ele não produz para si, mas para outro homem que lhe é alheio.

Por isso, de forma abstrata e genérica a partir de Marx (1844) podemos dizer que: o operário não constrói monumentais edifícios por prazer, mas porque é obrigado. Não se sente feliz em seu ambiente de trabalho, mas torce para que a sua jornada de trabalho chegue ao fim. Isso ocorre porque a sua atividade de trabalho não lhe traz nenhum benefício a não ser o salário que receberá ao fim da atividade produtiva. Trabalha não porque gosta da sua profissão, não por esta lhe trazer crescimento pessoal, mas pelo salário. O salário é o seu único fim.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista regido pela dinâmica da acumulação, da valorização do valor, apresentado inicialmente enquanto potencialização da produção de mercadorias está intimamente ligado a conseqüente desvirtuação, deturpação e desumanização do trabalho. Em suma, concluímos que *o trabalho*, responsável pelo desenvolvimento humano, pela autoconstrução da essência humana, transforma-se em um instrumento de satisfação das necessidades físicas imediatas e o trabalhador, ao não se reconhecer no produto do seu trabalho, e na sua própria atividade produtiva, está impossibilitado de se desenvolver plenamente, enquanto ser genérico, ou seja, há uma estreita relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o processo de alienação do trabalho nesta sociedade.

Quanto mais o trabalhador produz, mais o capital se valoriza e mais aumenta o poder do capital sobre o trabalhador, assim o trabalhador tão mais pobre se torna quanto mais mercadorias produz. No entanto, a desvalorização do homem enquanto ser genérico não se dá apenas em relação ao fator econômico, quiçá, empobrecimento e perda do domínio sobre o processo produtivo. Do homem é retirada a possibilidade do seu autodesenvolver, pois é apenas através do trabalho, compreendido como característica ontológica, que o homem desenvolve todas as suas potencialidades.

³⁸Idem, ibidem.

3. Considerações finais

Os *Manuscritos econômico-filosóficos* compreendem uma fase decisiva no desenvolvimento do pensamento de Marx ao inaugurarem uma nova trajetória: a crítica da economia política. Nesse escrito, como dito anteriormente, Marx se apropria da filosofia hegeliana para tecer críticas à economia política e da mesma forma através da economia política tece críticas a filosofia hegeliana, possibilitando-lhe uma análise detalhada das contradições da sociedade burguesa.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o jovem Marx, de apenas 26 anos, dá um grande passo no desenrolar da teoria da alienação abarcando amplamente a teoria da autoalienação do trabalho. Entretanto, neste escrito Marx permanece refém de uma filosofia abstrata, ou seja, ele não consegue determinar a especificidade da alienação no modo de produção capitalista. Avançará nesta questão ao final dos anos 1840 através do livro *Miséria da filosofia* (1847), no riquíssimo e fecundo conjunto de manuscrito chamado *Grundrisse* – redigidos entre 1857 e 1858. Contudo, o produto de seu estudo toma corpo primeiramente em 1859 na obra *Para a crítica da Economia Política* e forma acabada e definitiva em 1867 com a publicação do livro I d'*O capital*. Em *O capital*, sua obra máxima, há toda uma concretização histórica e social. Marx apreende a especificidade do modo de produção capitalista: a reificação das relações sociais. Nas palavras de Netto:

A teoria da alienação perderá qualquer traço de generalidade especulativa – não será uma nova teoria, mas uma concepção que só adquire instrumentalidade quando extraída de análises históricas determinadas. Na verdade, a teoria da alienação é qualitativamente a mesma; é a sua função que se transforma quando Marx completa a superação da filosofia em 1857-1858. Em síntese: quando a crítica da economia política é situada por Marx como a operação teórica central e levada a cabo com radicalidade, dá-se a concretização teórica da concepção de alienação [...].³⁹

A partir de 1867 temos uma teoria da alienação que ganhou forma, concretização histórica e que amadureceu. Isso só foi possível através do estudo sistemático da Economia Política – sobretudo da teoria valor trabalho discutida por Smith e Ricardo. Um dos grandes méritos de Marx é que, diferentemente da Economia Política, este não trata a propriedade privada como um fato dado e acabado, mas busca sua gênese e desenvolvimento histórico. Assim como aponta José Paulo Netto⁴⁰, esta concretização histórica ocorre quando Marx desvenda teoricamente a essência econômica do capitalismo, ou seja, a relação espoliadora entre capital e trabalho.

³⁹ NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p.37.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

Referência bibliográfica

- BOTTIGELLI, Émile. **A gênese do socialismo científico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. In. **Revista de ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- GIANOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos filosóficos**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 181.
- MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARCUSE, Herbert. **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.
- MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.